

Apresentação

Desvelamento ficcional: da antinomia da comunicação

Héris Arnt*

A discussão sobre ficções e identidades tem uma dupla articulação: primeiro, a problemática da identidade reaparece com força neste momento de ideologia da globalização, de um mundo sem fronteiras; segundo, e mais importante, ela se forma pelo discurso, enquanto ato de pensar a si mesmo, em relação ao outro, por meio da narrativa. A retórica e a poética são formas, ao mesmo tempo, de desvelamento e invenção. O conjunto de artigos deste número de Logos abre múltiplos caminhos para a discussão sobre narrativas de identidade.

Lamartine DaCosta mostra a tensão que envolve a questão: “A identidade não é somente um estado típico de uma determinada cultura, mas sobretudo uma dramatização de seus relacionamentos com o mundo.” A dicotomia entre global e local, entre universal e singular, própria da comunicação/incomunicabilidade, é desvelada no texto literário. É neste sentido que a identidade está no centro da comunicação, não deste final do século, mas desde as inquietações do homem da pólis grega, como demonstra o artigo. Por trás do discurso da globalização, o que está em jogo é a capacidade de se relacionar, não com uma substância ou com objetos mediados, mas com outros homens, com esses outros produtores de discursos, capazes de estabelecer identidades e diferenças - de se comunicarem, em última instância.

A irredutibilidade da literatura a verdades unívocas coloca, melhor do que qualquer outra coisa, o oxímoro da contemporaneidade: o universal do singular, o redutor do global. No artigo de Fátima Regis, entramos na discussão da singularidade literária, que não exclui a universalidade: ao contrário, se a sociedade permanecesse voltada para si mesmo,

sem reconhecer o outro, seria impossível a construção da identidade cultural. “A existência da alteridade é necessária para constituir a identidade cultural”. Na literatura, a identidade explode, num processo de destruição de fronteiras. A identificação fica para os cancioneiros, cuja leitura exige conhecimento de códigos, pertencimento à comunidade. E é justamente isto que permite à literatura reverter a ordem, ao reverter a ordem da linguagem. O que a literatura revela - e temos o vasto percurso da historiografia literária mostrando isso -, é que o universal não representa o fim do pessoal, do mais íntimo, do complexo, do específico, da identidade.

É na singularidade dos maiores escritores regionais, aqueles que aprofundam, no limite do possível, o local, o específico, o particular, que encontramos a reversão da ordem, que provoca a destruição das fronteiras. Estou escrevendo esta frase pensando no mais regionalista dos escritores americanos, Faulkner, em Requiem for a Nun, tema retomado por Camus, com o globalismo existencialista - que confere a todo o homem de qualquer momento e lugar o mal de ter que levar a existência. Ou, passando pelo Brasil, em Vidas secas de Graciliano Ramos. Isto sem falar no mais universal dos escritores do século XX, James Joyce, que, errante numa Europa sem fronteira, trazia “sua Irlanda na alma”.

Essas questões nos remetem diretamente à globalização na contemporaneidade e nos permitem ver que ela não é o mal radical por ser global ou universal, mas por ser uniformizadora - o que a comunicação está a dizer é: uniformiza-te ou te cala. A comparação com 1984, de George Orwell, no artigo de Erik Felinto é exemplar.

Sérgio Arruda nos mostra pelo viés da literatura a morte do sujeito e o fim

da autonomia, que tornam impossível a formação de uma identidade individual. A identidade, como um exercício de liberdade, de reconhecimento do outro, de que fala o artigo de Lamartine DaCosta, não só é improvável, mas não pode ser sequer pensada nos dias de hoje. Sem referências, o sujeito não perde somente a identidade, mas o discurso, como mostra o artigo de Erick Felinto: “A dessubstanciação da fala o leva a mergulhar num universo de signos, símbolos e imagens, numa proliferação incessante de sentido que nunca encontra repouso”.

A contemporaneidade vive este aparente paradoxo: a comunicação globalizada e a impossibilidade de construção de novas narrativas globais face à falência do discurso da verdade. A verdade devendo ser entendida como a conformidade entre a palavra e a coisa, entre o fato e o enunciado, o ideal do cogito cartesiano. “Não que tenha se tornado inviável contar histórias”, mas quando o discurso perde o estatuto de verdade, o que resta é o fragmento, a proliferação de signos, todos reivindicando a condição de produção de sentido.

Diante da proliferação de signos, Erick Felinto visualiza duas posições para o sujeito: “aceitar alegremente a fragmentação de seu discurso e propor um modelo de existência como puro jogo de possibilidades” - mostrando indisfarçadamente, seguindo os passos de Umberto Eco, o prazer de seguir esta via; ou, fora dela, resta ao sujeito “revoltar-se contra a desvalorização do sentido e procurar sua recuperação”.

As tentativas dos novos gnósticos, de recuperação do sujeito, parecem pobres criações diante da proliferação rizomática de construções de signos. Para Felinto, “a super-interpretação é uma das doenças que mais seriamente nos acometem

neste fim de milênio”.

Refinando-se o pensamento semiótico de Eco, para quem os bens culturais não passam de conjuntos de signos, que refletem as ideologias e os códigos dominantes da época em que foram elaborados, incita-nos a pensar que a globalização é um código dominante, ideológico, discurso totalizante da não totalidade, da não utopia.

Luiz Felipe Baêta Neves propõe leitura crítica de Sérgio Rouanet, que apresenta uma nova visão sobre o tema nesta época de cultura globalizada – a da identidade universal. Discordando parcialmente do pensamento dicotômico de Rouanet, que vê uma oposição entre cultura “global” e cultura “universal”, reivindica a singularidade do olhar, “da complexidade, do observar lento, específico e diferencial como necessária contraposição social, e mesmo política, cultural e moral ao aplastante universo do universal, do global, do planetário”. Eliminando os esquematismos da oposição entre universalidade e singularidade, ele vai além de Rouanet e mostra a ligação necessária e indispensável entre o particular e o universal, em face da qual a globalização seria um pobre pastiche. Relegando a globalização à dimensão de uma ideologia da totalidade – “o que o globalismo reclama é, de fato, uma subordinação de diferenças à idéia de um bem único total” –, Baêta Neves relança a questão, invertendo a ordem dos dados: “agora, no jogo das identidades, surge uma poderosa força saudavelmente complicadora, a da identidade universal”.

A problemática construção da identidade brasileira no artigo de Ângela Dias é pensada a partir da literatura. Para a autora, o processo de gestão do Brasil tem “a literatura como promotora”. A mesma temática, ampliada para o contexto latino-americano, aparece no artigo de Nízia Villaça a partir de uma perspectiva da hibridização cultural. Hugo Lovisololo vai encontrar num espectro geográfico e histórico mais amplo, que inclui Espanha-Portugal, apoiando-se numa tradição da latinidade já presente nas obras de juventude de Gilberto Freyre, o germe da globalização.

Ângela Dias, viajando pela construção da identidade nacional, lança mão da metáfora de O selvagem da ópera de Rubem Fonseca, comparando-o a O povo brasileiro de Darcy Ribeiro. O romance, “ao apresentar, ironicamente, a história do povo brasileiro como melodrama lacrimoso e farsesco fatalismo da macaqueação, não foge à tradição intelectualista, à razão cética

e ao desenraizamento transcendental”. Ao aproximar as duas obras, a autora tem o objetivo manifesto de estabelecer uma correlação com a época atual: “Hoje, no fluxo mundializado da mídia, só circulam os signos nacionais sob a chancela do exótico, pagando o pedágio da estereotipia e da pauperização semântica”.

Nízia Villaça procura entender o assunto neste período de grandes interrogações sobre transnacionalização, globalização e situações de interculturalidade. “Quando a circulação cada vez mais intensa de pessoas, capitais e mensagens nos põe em contato simultaneamente com várias culturas, nossa identidade já não pode ser definida pela associação exclusiva à comunidade nacional ou apenas na ótica da diferença”. O que a autora quer mostrar é a atualidade do pensamento latino-americano na discussão sobre globalização. A identidade pressupõe uma discussão “cultural e processual, supondo uma atividade constante na metabolização do par global/local.” Coerente com o pensamento de Canclini, para a autora, o hibridismo cultural é a resposta da América Latina à problemática da assimilação e influência européia – o que implica rejeição do que deve ser recusado e afirmação de seguir seus próprios caminhos. O risco a ser evitado, para Nízia Villaça, é “a tentativa de transformação da empiria híbrida latino-americana com conceitos e princípios niveladores e universalizantes. Revisitando Macunaíma, de Mário de Andrade, e o movimento antropofágico, Nízia Villaça mostra como na América Latina o processo de identidade não exclui a alteridade, mas cria sentidos, a partir do “agenciamento de diferenças”. Sempre é bom lembrar que o hibridismo cultural foi capaz de produzir o gênio barroco em toda a América Latina.

Hugo Lovisololo, seguindo o mesmo caminho do hibridismo cultural, pensado pelo mexicano Canclini, encontra no mundo luso-espanhol – da época das navegações ao colonialismo, passando pelo domínio e influência cultural – o vigor da globalização. Espanha e Portugal impõem um processo de padronização à AL, mas não ficam imunes à influência, pois se “globalizar é padronizar, a etapa básica parece ser a de embaralhar as ordens locais; heterogeneizar o singular, em relação a si mesmo, para poder homogeneizar o global”. As relações luso-espanholas com as Américas são caracterizadas pela ambigüidade, ora “assimiladas”, ora “rejeitadas”. O autor inclui

nessas relações culturais a fatia latinizada dos Estados Unidos. A identidade de Portugal e Espanha passa por essas questões, tanto como para a América Latina. Neste momento, em que Portugal se integra à comunidade européia, ele reivindica não somente a identidade, mas ser o depositário da memória do Velho Continente: “somos parte pequena da Europa, entretanto temos conservado um estilo que foi europeu, somos terra de memória e os europeus devem encontrar-nos para se encontrarem”.

Hugo Loviso mostra de maneira enfática e poética que uma reflexão sobre a globalização passa necessariamente pela compreensão do hibridismo cultural do que ele chama de iberismo. A globalização cultural leva a um constante processo de redefinição do que somos em relação aos outros. Não é essa a inquietação permanente do pensamento latino-americano?

Fica assim fechado o conjunto dos artigos publicados neste número da revista Logos, sobre ficção e identidades. Identidade, narrativas literárias e discurso sobre identidade se confundem, uma vez que é impossível separar identidade das narrativas fundadoras. O que passa por todos os artigos escritos para Logos é que identidade não é exclusão, é o discurso, é o diálogo consigo mesmo e com o outro.

* Hérés Arnt é editora da Logos e Doutora em Sociologia.